

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

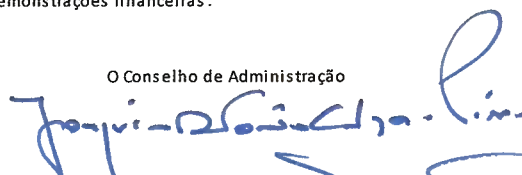
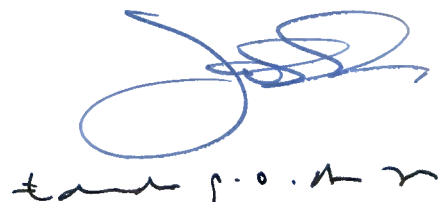
ATIVO	Notas	31-12-2018	31-12-2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Ativos intangíveis	8	-	-
Total do ativo não corrente		<u>-</u>	<u>-</u>
ATIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	14.178	4.779
Outros créditos a receber	10	433.515	433.770
Outros ativos financeiros	9	3.501.424	3.500.437
Caixa e depósitos bancários	4	1.890.204	1.791.716
Total do ativo corrente		<u>5.839.321</u>	<u>5.730.702</u>
Total do ativo		<u>5.839.321</u>	<u>5.730.702</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	12	200.000	200.000
Outras reservas		187.417	187.417
Resultados transitados	12	2.761.894	2.758.816
		4.149.311	4.146.233
Resultado líquido do período		28.509	3.078
Total do capital próprio		<u>4.177.820</u>	<u>4.149.311</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		9.966	9.966
Total do passivo não corrente		<u>9.966</u>	<u>9.966</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Estado e outros entes públicos	18	51.277	45.725
Diferimentos	11	1.600.257	1.518.759
Fornecedores		0	6.941
Total do passivo corrente		<u>1.651.534</u>	<u>1.571.425</u>
Total do passivo		<u>1.661.501</u>	<u>1.581.392</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>5.839.321</u>	<u>5.730.703</u>
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS:			
Fundos de pensões geridos	1 e 20	980.619.845	995.359.066

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

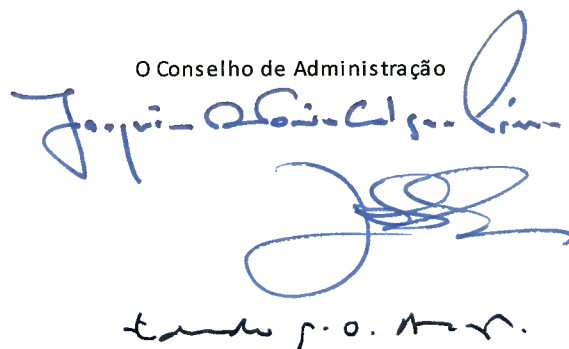
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	13	1.758.412	1.700.903
Fornecimentos e serviços externos	14	(1.473.169)	(1.334.754)
Gastos com o pessoal	15	(194.399)	(287.748)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Outros rendimentos		175	-
Outros gastos	16	(12.930)	(30.308)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		78.090	48.093
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		78.090	48.093
Juros e rendimentos similares obtidos	17	1.696	710
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		79.786	48.803
Imposto sobre o rendimento do período	18	(51.277)	(45.725)
Resultado líquido do período		28.509	3.078
Resultado por ação básico	19	0,14	0,02

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras .

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Luís P. O. M. R.

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

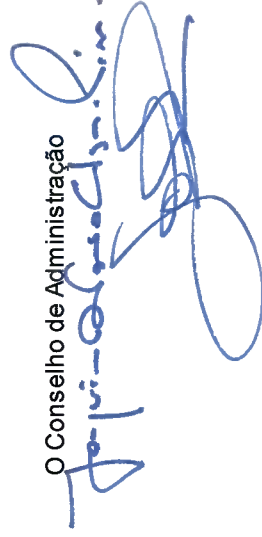
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 31-12-2016	1.000.000	200.000	187.417	2.758.476	340	4.146.233
Aplicação do resultado de 2016	-	-	-	340	(340)	-
Resultado líquido do período de 2017	-	-	-	-	3.078	3.078
Saldos em 31-12-2017	1.000.000	200.000	187.417	2.758.816	3.078	4.149.311
Aplicação do resultado de 2017	-	-	-	3.078	(3.078)	-
Resultado líquido do período de 2018	-	-	-	-	28.509	28.509
Saldos em 31-12-2018	1.000.000	200.000	187.417	2.761.894	28.509	4.177.820

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Luís J. A. M.

SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

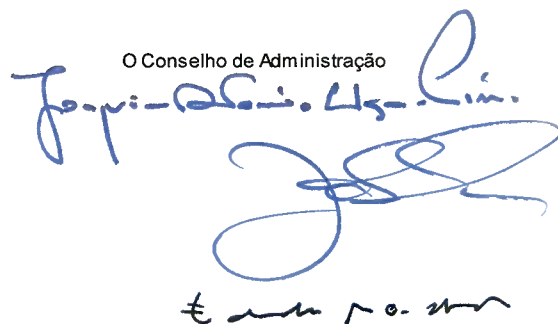
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	1.758.412	1.674.107
Pagamentos a fornecedores	(1.480.109)	(1.248.598)
Pagamentos ao pessoal	257.183	(242.685)
	<hr/>	<hr/>
Caixa gerada pelas operações	535.486	182.824
Pagamento/recebimento do imposto s/ rendimento	(58.054)	(28.424)
Outros recebimentos/pagamentos	135.613	(8.050)
	<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	613.045	146.350
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Outros depósitos bancários	(3.500.000)	(3.500.000)
Juros e gastos similares	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Outros depósitos bancários	3.500.000	3.500.000
Juros e rendimentos similares	709	710
	<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	709	710
Varição de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]	613.755	147.060
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período (Nota 4)	1.791.716	1.644.656
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 4)	1.890.204	1.791.716

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1995.

A Sociedade tem por objeto social a administração, a gestão e a representação de Fundos de Pensões.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade foi alienada pela Santander Gestão de Ativos, S.G.P.S., S.A. à Santander AM Holding, S.L., uma empresa do Grupo Santander.

Em 28 de dezembro de 2016, ocorreu a fusão por incorporação no Banco Santander S.A. da Santander AM Holding, S.L.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade era responsável pela gestão dos seguintes Fundos de Pensões:

	Valor patrimonial	
	31-12-2018	31-12-2017
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	979.891.900	994.607.971
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	727.945	751.095
	<u>980.619.845</u>	<u>995.359.066</u>

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração 26 de março de 2019, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas convocada para o dia 27 de março de 2019. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam os requisitos de divulgação definidos no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis em 31 de dezembro de 2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas aplicáveis à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos encontram-se classificados como correntes ou não correntes. Classificam-se como ativos/passivos correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período até doze meses após a data do balanço. Classificam-se como ativos/passivos não correntes, os montantes que se espera venham a ser recuperados ou liquidados num período superior a doze meses após a data do balanço.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes em função do período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos fixos tangíveis encontravam-se totalmente depreciados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável pode diferir do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.5. Instrumentos financeiros

A Sociedade optou por aplicar as Normas IAS 32 – “Instrumentos Financeiros: Apresentação”, IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações” ao abrigo do parágrafo 2 da NCRF 27 – “Instrumentos Financeiros”. Neste sentido, as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade no registo e valorização dos seus instrumentos financeiros detalham-se como segue:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e correspondem a:

(i) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se registadas no ativo ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável e são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Caixa e seus equivalentes e os outros depósitos bancários encontram-se registados no ativo ao custo amortizado.

(iii) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores encontram-se registadas no passivo ao custo amortizado, o qual geralmente não difere do seu valor nominal.

3.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetiva desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Comissões de gestão

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos que administra são remunerados sob a forma de uma comissão de gestão, a qual é registada na rubrica "Vendas e serviços prestados" da demonstração dos resultados. Esta comissão é faturada trimestralmente e calculada pela aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão dos Fundos sobre o valor médio mensal dos fundos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as taxas anuais de comissão de gestão em vigor na Sociedade relativas aos Fundos de Pensões por si geridos são as seguintes:

Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	0,21%
Fundo de Pensões BST	0,18%

3.7. Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos (Nota 11).

3.8. Rubricas extrapatrimoniais

Nestas rubricas é registado o valor patrimonial dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 1).

3.9. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

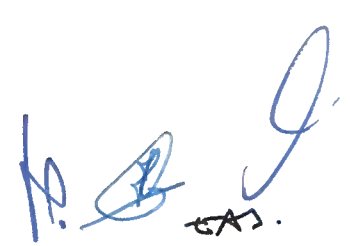
A utilização de estimativas e pressupostos resume-se essencialmente à seguinte área significativa:

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pela Sociedade com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos.

Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento da gestão da Sociedade sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.



4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (Nota 3.5 (ii)) e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:		
Banco Santander Totta, S.A.	<u>1.890.204</u>	<u>1.791.716</u>

Os depósitos à ordem encontram-se expressos em euros.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2018 não existiu qualquer alteração nas políticas contabilísticas e nas estimativas. Não existe nenhum erro a reportar em 31 de dezembro de 2018.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é integralmente detida pelo Banco Santander, S.A. em Espanha pelo que as partes relacionadas correspondem às empresas do Grupo Santander.

6.2. Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2018, os membros do Conselho de Administração da Sociedade são:

- (i) Dr. Joaquim António Aires Mateus de Calça e Pina;
- (ii) Sr. José Manuel Neves;
- (iii) Eng. Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os custos suportados relativamente à remuneração e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 233.687 euros e 225.999 euros, respetivamente (Nota 15).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em euros)**6.3. Saldos e transações com partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade apresentava os seguintes saldos e transações com partes relacionadas:

	31-12-2018					Total
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	
Ativo						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.890.204	-	-	-	-	1.890.204
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.501.424	-	-	-	-	3.501.424
Outros créditos a receber (Nota 10)	-	433.140	375	-	-	433.515
	<u>5.391.628</u>	<u>433.140</u>	<u>375</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.825.143</u>
Passivo						
Diferimentos (Nota 11)	-	-	-	1.400.321	-	1.400.321
Rendimentos e gastos						
Serviços prestados (Nota 13)	-	1.756.909	1.503	-	-	1.758.412
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1.400.321)	(26.568)	(1.426.889)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(51.567)	-	-	(142.832)	-	(194.399)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	1.696	-	-	-	-	1.696
	<u>(49.871)</u>	<u>1.756.909</u>	<u>1.503</u>	<u>(1.543.152)</u>	<u>(26.568)</u>	<u>138.821</u>

	31-12-2017					Total
	Banco Santander Totta	Fundo de Pensões BST	Fundo de Pensões ARE	Santander Asset Management	Santander Tecnologia y Operaciones	
Ativo						
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.791.716	-	-	-	-	1.791.716
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	-	-	3.500.437
Outras contas a receber (Nota 10)	-	433.140	382	-	-	433.522
	<u>5.292.153</u>	<u>433.140</u>	<u>382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.725.675</u>
Passivo						
Diferimentos (Nota 11)	-	-	-	1.267.053	-	1.267.053
Rendimentos e gastos						
Serviços prestados (Nota 13)	-	1.699.425	1.478	-	-	1.700.903
Fornecimentos e serviços externos (Nota 14)	-	-	-	(1.260.106)	(31.600)	(1.291.706)
Gastos com o pessoal (Nota 15)	(53.538)	-	-	(208.608)	-	(287.748)
Juros de depósitos a prazo (Nota 17)	710	-	-	-	-	710
	<u>(52.828)</u>	<u>1.699.425</u>	<u>1.478</u>	<u>(1.468.714)</u>	<u>(31.600)</u>	<u>147.762</u>

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, nem nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em euros)8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se registaram movimentos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo e apresentava a seguinte composição:

31-12-2018						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2019	0,02%	1.000.000	191	1.000.191
BST	EUR	28 de junho de 2019	0,1%	1.500.000	775	1.500.775
BST	EUR	19 de julho de 2019	0,1%	1.000.000	458	1.000.458
				<u>3.500.000</u>	<u>1.424</u>	<u>3.501.424</u>

31-12-2017						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total
BST	EUR	23 de janeiro de 2018	0,02%	1.000.000	191	1.000.191
BST	EUR	28 de junho de 2018	0,02%	1.500.000	155	1.500.155
BST	EUR	20 de julho de 2018	0,02%	1.000.000	91	1.000.091
				<u>3.500.000</u>	<u>437</u>	<u>3.500.437</u>

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018	31-12-2017
Comissões de gestão (4º trimestre)		
Fundo de Pensões BST	433.140	433.388
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	375	382
	<u>433.515</u>	<u>433.770</u>

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
<u>Passivo:</u>		
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissão a pagar à Santander Asset Management:		
Comissão de gestão	1.270.685	1.224.170
Comissão adicional	129.636	35.936
Serviços obtidos e não faturados	56.597	34.069
Prémios a pagar	143.340	224.584
	<u>1.600.257</u>	<u>1.518.759</u>

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (SAM) um contrato mediante o qual a Sociedade atribuiu à SAM um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração anual a pagar pela Sociedade como contrapartida dos serviços de gestão de ativos prestados pela SAM correspondente a 0,13% sobre o montante total médio de ativos no final de cada mês (“Comissão de gestão”), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado com a SAM acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Sociedade passou a pagar à SAM uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (“Comissão adicional”).

Em 31 de dezembro de 2018 estavam por pagar a totalidade das “Comissões de gestão” e da “Comissão adicional” relativas ao exercício de 2018, as quais foram liquidadas em janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Prémios a pagar” respeita essencialmente aos prémios a pagar aos órgãos de administração da Sociedade pelo seu desempenho naqueles exercícios.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Sociedade estava representado por 200.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, sendo detido na totalidade pelo Banco Santander S.A. e encontrava-se integralmente realizado.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2018, foi proposto que o resultado líquido do exercício de 2017, no montante de 3.078 euros, fosse integralmente aplicado em resultados transitados.

13. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Comissões de gestão:</u>		
Fundo de Pensões BST	1.756.909	1.699.425
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	1.503	1.478
	<u>1.758.412</u>	<u>1.700.903</u>

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestação de serviços profissionais		
Gestão das carteiras dos fundos de pensões (Nota 11)	1.400.321	1.260.106
Contabilidade	26.568	31.600
Auditoria, consultoria e outros serviços	36.039	36.895
Outros trabalhos especializados	4.305	1.205
Outros	5.936	4.948
	<u>1.473.169</u>	<u>1.334.754</u>

Nos exercícios de 2018 e 2017, a rubrica "Contabilidade" refere-se aos honorários incorridos com o Santander Tecnologia y Operaciones, AEIE (um agrupamento de empresas do Grupo Santander) relativamente a serviços de contabilidade.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários faturados e cobrados durante o exercício de 2018 e 2017 pelo Revisor Oficial de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., à Sociedade, de acordo com o disposto no art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Revisão legal das contas anuais (i)	13.528	8.000
Outros Serviços de garantia de fiabilidade (i)	3.383	
	<u>16.911</u>	<u>8.000</u>

(i) Valores faturados e cobrados sem IVA e sem despesas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em euros)Órgão de Fiscalização

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as remunerações dos membros do Conselho Fiscal podem ser resumidas como se segue:

2018

Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	5.000
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	3.000
Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira	Vogal	5.000
José de Sousa Santos	Suplente	-
		13.000

2017

Nome	Cargo	Remuneração Fixa
PKF & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Jorge Macedo Gamboa	Presidente	5.000
Rui Alexandre Estrelinha da Silva Glória	Vogal	3.000
Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira	Vogal	5.000
José de Sousa Santos	Suplente	-
		13.000

15. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada como se segue:

	2018	2017
Remuneração dos órgãos sociais	112.979	123.648
Prémios e incentivos aos órgãos sociais	7.080	84.960
Encargos com os órgãos sociais	17.614	17.391
Outras gratificações		
	137.673	225.999
Remuneração do pessoal	43.629	44.523
Prémios e incentivos ao pessoal	1.951	4.784
Encargos sobre as remunerações	5.945	6.696
Contribuições para o plano de contribuição definida	2.070	2.099
Seguros de acidentes de trabalho, doença e vida	41	42
Outros benefícios	3.088	3.605
	56.726	61.749
	194.399	287.748

A Sociedade recorre a colaboradores cedidos provenientes de outras entidades do Grupo.

Os prémios e incentivos aos órgãos sociais apresentam um saldo inferior a 2017 decorrente do acerto ao acréscimo registado em anos anteriores que se revelou excessivo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em euros)

Nos termos do Aviso 10/2011 do Banco de Portugal de 29 de dezembro, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2018 e 2017, pelos membros do Conselho de Administração:

	2018	2017
Remuneração fixa:		
Joaquim Calça e Pina	68.112	66.870
José Neves	55.977	56.791
	<u>124.089</u>	<u>123.662</u>
	Pecuniário	Ações
	(euros)	(número)
Remuneração variável:		
Atribuída e paga no ano		
Joaquim Calça e Pina	16.200	3.769
José Neves	12.720	2.960
	<u>28.920</u>	<u>6.729</u>
Atribuída no ano a diferir por 3 anos		
Joaquim Calça e Pina	10.800	2.513
José Neves	8.480	1.973
	<u>19.280</u>	<u>4.486</u>
Atribuída em anos anteriores e paga no ano		
Joaquim Calça e Pina	11.166	1.612
José Neves	12.133	1.818
	<u>23.299</u>	<u>3.431</u>
Atribuída em anos anteriores a diferir		
Joaquim Calça e Pina	5.636	1.547
José Neves	6.134	1.649
	<u>11.769</u>	<u>3.196</u>

16. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros gastos:		
Quotizações	10.000	8.050
Insuficiência de estimativa de imposto	2.930	22.258
Outros	-	-
	<u>12.930</u>	<u>30.308</u>

17. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros obtidos		
Depósitos a prazo (Notas 6.3)	<u>1.696</u>	<u>710</u>

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A tributação dos lucros da Sociedade para o ano de 2018 e 2017 é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável; e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500.000 euros 0%;
 - Entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros 3%;
 - Entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros 5%;
 - Maior do que 35.000.000 euros 9% (2018) / 7% (2017)

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC relativo às regras sobre preços de transferência, com a redação aplicável a partir de 1 de janeiro de 2022, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 26), devem ser contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em euros)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um exercício de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido gerados prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2015 a 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	31-12-2018		31-12-2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Estimativa de imposto	-	51.277	-	45.725
Pagamentos por conta	14.178	-	4.779	-
	<u>14.178</u>	<u>51.277</u>	<u>4.779</u>	<u>45.725</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC verificada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como se segue:

	2018		2017	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		79.786		48.802
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	16.755	21,00%	10.248
Derrama	1,50%	1.197	1,50%	732
Ajustamentos ao lucro tributável	0,83%	659	10,26%	5.008
Tributações autónomas	40,94%	32.666	60,93%	29.736
Taxa efetiva	64,27%	<u>51.277</u>	93,69%	<u>45.725</u>

19. RESULTADOS POR AÇÃO BÁSICO

Os resultados básicos por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram determinados conforme se segue:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	28.509	3.078
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	200.000	200.000
Resultados básicos por ação	<u>0,14</u>	<u>0,02</u>

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

20. RESPONSABILIDADES EXTRAPATRIMONIAIS

	Valor patrimonial	
	31-12-2018	31-12-2017
<u>Fundos de pensões fechados:</u>		
Fundo de Pensões Banco Santander Totta, S.A. (BST)	979.891.900	994.607.971
<u>Fundos de pensões abertos:</u>		
Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa	727.945	751.095
	<u>980.619.845</u>	<u>995.359.066</u>

21. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

	31-12-2018				Valor de balanço tota
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.890.204	-	-	-	1.890.204
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.501.424	-	-	-	3.501.424
	<u>5.391.628</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.391.628</u>
	31-12-2017				Valor de balanço tota
	Custo amortizado	Técnicas de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)	1.791.716	-	-	-	1.791.716
Outros ativos financeiros (Nota 9)	3.500.437	-	-	-	3.500.437
	<u>5.292.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.292.153</u>

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- ✓ Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- ✓ Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercado ativo.
- ✓ Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade não se encontra significativamente exposta ao risco de crédito, uma vez que esta atividade não lhe é permitida. O risco de crédito é apenas aplicável às suas aplicações financeiras que correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem e a prazo domiciliados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 4).

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a *funding*.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Caixa e depósitos bancários” e “Outros ativos financeiros” ascendiam a 5.391.628 euros (aproximadamente 92% do ativo líquido) e a 5.292.153 euros (aproximadamente 92% do ativo líquido), respetivamente. De referir ainda que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta S.A..

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição ao risco de mercado.

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a depósitos à ordem, depósitos a prazo e contas a receber denominados em euros.

22. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade relativas ao exercício de 2018 e 2017 são consolidadas pelo Banco Santander S.A. com sede em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, a qual detém 100% do capital da Sociedade.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em março de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração do acionista único da Sociedade a alienação total da Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. a favor da Santander Asset Management UK Holding Limited.

Para além do evento mencionado, à data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram recebidas novas informações acerca de condições que existam à data do balanço e que dessem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras

